



A ECONOMIA CRIATIVA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE NATIVIDADE – TO

THE CREATIVE ECONOMY AS A DRIVER OF LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF NATIVIDADE – TO

LA ECONOMÍA CREATIVA COMO MOTOR DE DESARROLLO LOCAL: EL CASO DE NATIVIDADE – TO

Felício Cordeiro da Silva¹
Edson Trajano Vieira²
Moacir José dos Santos³

RESUMO

As atividades relacionadas à economia criativa são uma alternativa para a inserção produtiva, diferenciando-se das demais atividades econômicas por utilizar aspectos criativos para a sua realização. O objetivo desta pesquisa foi investigar a contribuição das atividades de economia criativa para o desenvolvimento local no município de Natividade – TO. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, mediante dados disponibilizados pelo IBGE, FIRJAN, relatórios, documentos e bancos de dados do município de Natividade e do estado do Tocantins, do IPHAN e da Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA. Os resultados demonstraram que a exploração de algumas tradições culturais centenárias de Natividade, como a ourivesaria, a produção de biscoitos e as danças folclóricas geram emprego e renda, com contribuição para a economia do município. No entanto, o forte potencial do turismo religioso das três maiores festas da tradição católica nativitana ainda não é explorado. Essa limitação impede o desenvolvimento pleno do potencial da economia criativa para o município, especialmente quanto a inclusão produtiva da população local. Os dados apresentados nesse trabalho podem subsidiar políticas públicas para fomentar a consolidação da econômica criativa enquanto setor relevante da economia local.

Palavras-chave: Economia criativa. Desenvolvimento. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Activities related to the creative economy are an alternative for productive insertion, differentiating themselves from other economic activities by using creative aspects to carry them out. The objective of this research was to investigate the contribution of creative economy activities to local development in the municipality of Natividade - TO. The methodology used

¹Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU). Professor da Universidade Estadual do Tocantins. Dianópolis. Tocantins. Brasil. E-mail: fc.08@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7126-3383>.

²Doutor em História Econômica (USP). Professor da Universidade de Taubaté. Taubaté. São Paulo. Brasil. E-mail: trajano@unitau.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2171-2683>.

³Doutor em História (UNESP). Professor da Universidade de Taubaté e docente do Centro Universitário Módulo/Caraguatatuba-SP. Taubaté. São Paulo. Brasil. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6865-0630>.

was documentary research, based on data provided by IBGE, FIRJAN, reports, documents and databases from the municipality of Natividade and the State of Tocantins, IPHAN and Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA. The results showed that the exploration of some centuries-old cultural traditions of Natividade, such as goldsmithing, the production of biscuits and folkloric dances, generate employment and income, with a contribution to the economy of the municipality. However, the strong potential of the religious tourism of the three biggest festivals of the Nativitan Catholic tradition is still not explored. This limitation prevents the full development of the creative economy potential for the municipality, especially regarding the productive inclusion of the local population. The data presented in this work can support public policies to promote the consolidation of the creative economy as a relevant sector of the local economy.

Keywords: Creative economy. Culture. Local development.

RESUMEN

Las actividades relacionadas con la economía creativa son una alternativa de inserción productiva, diferenciándose de otras actividades económicas por utilizar aspectos creativos para llevarlas a cabo. El objetivo de esta investigación fue investigar la contribución de las actividades de la economía creativa al desarrollo local en el municipio de Natividade - TO. La metodología utilizada fue la investigación documental, basada en datos proporcionados por IBGE, FIRJAN, informes, documentos y bases de datos del municipio de Natividade y del estado de Tocantins, IPHAN y Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA. Los resultados mostraron que la exploración de algunas tradiciones culturales centenarias de Natividade, como la orfebrería, la producción de galletas y bailes folclóricos, generan empleo y renta, con una contribución a la economía del municipio. Sin embargo, aún no se explora el fuerte potencial del turismo religioso de las tres fiestas mayores de la tradición católica nativitana. Esta limitación impide el pleno desarrollo del potencial de la economía creativa para el municipio, especialmente en lo que respecta a la inclusión productiva de la población local. Los datos presentados en este trabajo pueden apoyar políticas públicas para fomentar la consolidación de la economía creativa como un sector relevante de la economía local.

Palavras chave: Economía creativa. Cultura. Desarrollo local.

Como citar este artigo: SILVA, Felício Cordeira da; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. A economia criativa como motor do desenvolvimento local: o caso de Natividade – TO. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 886-907, 19 dez. 2024. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v14.4777>.

Artigo recebido em: 05/04/2023

Artigo aprovado em: 03/12/2024

Artigo publicado em: 19/12/2024

1 INTRODUÇÃO

A definição de desenvolvimento decorre da necessidade de classificá-lo, por razões metodológicas em econômico, político, social ou cultural, quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, corresponde a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social (Vieira; Santos, 2012). Essas concepções delineiam as ações dedicadas a consecução dos processos de desenvolvimento. Sob esse parâmetro, a investigação das condições promotoras de processos de desenvolvimento implica a identificação de como se dá a interação entre fatores endógenos e exógenos. Por sua condição multidimensional, o desenvolvimento é um processo complexo e dinâmico, cuja compreensão requer a mensuração das condições locais e a correspondente relação com os estímulos advindos de condições macroestruturais, como o contexto macroeconômico e político nacional.

O olhar para as condições locais é fundamental para a identificação de fatores que podem potencializar o desenvolvimento local. Entre os campos que contribuem para a avaliação dos fatores endógenos está a economia criativa. As investigações que associam a economia criativa com o desenvolvimento, tem como aspecto comum, a mensuração de práticas e saberes historicamente constituídos aptos a mobilizar tanto o sentimento de pertencimento ao território quanto configuram, potencialmente, a possibilidade de inclusão produtiva da população local. A partir desses pressupostos, o presente trabalho resulta da investigação de vetores produtivos na área histórico-cultural, alicerçados nos saberes tradicionais e nos recursos naturais no município de Natividade – TO, com bens tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu conjunto arquitetônico e por sua pertinência histórica para o Estado do Tocantins e para o Brasil. Nesse contexto, torna-se relevante verificar de que forma está sendo utilizado o potencial cultural endógeno do município para promover seu crescimento e desenvolvimento.

As considerações apresentadas nessa introdução contextualizam brevemente o tema e justificam a abordagem apresentada no artigo em tela, com a fundamentação do objetivo, investigar a contribuição das atividades de economia criativa para o desenvolvimento local no município de Natividade – TO, berço histórico do Estado do Tocantins. Foram investigados os ativos já explorados e os que podem ser potencializados via economia criativa nas dimensões histórica e cultural, considerando-se a importância da cidade, que teve sua origem no período colonial e que tem preservado ao longo dos séculos seu conjunto de bens arquitetônicos, representado por seu Centro Histórico (IPHAN, 2019). A motivação que levou ao desenvolvimento deste trabalho foi a possibilidade de fornecer subsídios para alavancar o desenvolvimento local, partindo dos ativos existentes nas manifestações culturais identificadas, como as festas de cunho religioso e as manifestações populares como danças regionais, além das atividades comerciais relacionadas à gastronomia, já parcialmente exploradas economicamente, gerando emprego e renda. Este estudo, além de identificar as atividades desenvolvidas sobre os pilares da economia criativa, observou também o potencial não explorado, em especial o turismo religioso e a cadeia produtiva que envolve esse segmento.

Assim, a pesquisa apresentada neste artigo foi pautada em levantamento documental sobre as áreas e aspectos que podem ser explorados via economia criativa, considerando a identidade territorial, para fornecer subsídios necessários ao alavancar do desenvolvimento local, tendo como principais fontes de geração de renda a cultura local e o turismo. O artigo está organizado em cinco seções. Além da introdução, há a seção de discussão dos fundamentos

teóricos do trabalho, bem como a seção para a caracterização do método de pesquisa, seguida da apresentação e discussão dos resultados e da seção destinada as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA CRIATIVA

O termo desenvolvimento é objeto de várias áreas de estudo, como Economia, Ecologia, Antropologia e Sociologia, que conceituam o desenvolvimento de formas diversas, porém com sentido similar, ou seja, de bem-estar humano nas diversas dimensões que o compõe como a ambiental, econômica, cultural e social. Observa-se que o significado do conceito de desenvolvimento está associado a valores historicamente construídos em cada sociedade. Sob essa ótica, o conceito de desenvolvimento pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo seria mais do que a oferta de bens e serviços resultante do aumento de produtividade (Vieira; Santos, 2012). A investigação que pauta o artigo está inserida na área do desenvolvimento regional. Destaca-se que o desenvolvimento regional é objeto de norma constitucional prevista no Artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que traz como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a redução das desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988). O desenvolvimento regional é um termo amplo, mas pode ser compreendido como um esforço geral para reduzir as disparidades regionais, com a promoção de atividades econômicas e a geração de empregos e riqueza nas regiões.

No passado, as políticas de desenvolvimento regional tentavam alcançar esses objetivos por meio do desenvolvimento de infraestruturas em grande escala e de investimentos estrangeiros. Porém, as políticas anteriores não conseguiram reduzir as disparidades regionais de forma significativa e não foram capazes de ajudar as regiões menos desenvolvidas a ensejar trajetórias robustas de desenvolvimento, apesar da oferta significativa de financiamento público. O resultado é o potencial econômico subutilizado e a coesão social enfraquecida (Santos, 2006). A questão regional é um tema que encontra pouca ressonância quando se trata dos assuntos da conjuntura econômica e política de uma nação, tendo em vista serem problemas que se instituem, regra geral, no horizonte de longo prazo de uma nação ou região. Tratam-se de questões estruturais que devem ser equacionadas, removidas ou superadas, revelando a necessidade de se empreender uma mudança estrutural, uma reorientação de sentido e de trajetória nas vigas balizadoras do desenvolvimento regional. A própria perspectiva da compreensão do desenvolvimento regional é desafiadora em função da complexidade da sua investigação e promoção (Monteiro Neto; Castro; Brandão, 2017).

A questão do desenvolvimento regional no Brasil é debatida há décadas, em todos os governos, desde o período em que o Estado atuava fortemente na economia até a modificação do enfoque econômico e o início da desestatização, nos anos 1980 e 1990, e a edição do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançado em 2004 e sancionado em 2007 (Monteiro Neto; Castro; Brandão, 2017). Após a edição do PNDR, novos objetos e métodos de análise têm contribuído para enriquecer os já existentes na discussão sobre a questão regional. Diferentemente do enfoque anterior, em que predominava a análise de políticas regionais explícitas, o enfoque do governo passa a incluir uma série de temas nacionais com implicações regionais. Partindo da constatação empírica do impacto das políticas sociais sobre o desenvolvimento regional, evidencia-se a necessidade de abordar questões relacionadas à melhoria da vida das populações que residem em regiões menos desenvolvidas. O fomento do desenvolvimento regional passa por uma melhor distribuição de renda, com inclusão social,

evidenciando a indissolubilidade dos laços entre desenvolvimento regional e desenvolvimento social. A questão cultural também impacta no desenvolvimento regional, pois relacionada a constituição de práticas culturais pertinentes a identidade regional. Sob essa perspectiva a vida social e cultural não são determinadas linearmente pelas dimensões da economia e da vida material. Desse modo, o que pode ser levado em consideração para melhorar a qualidade de vida de uma comunidade, pode não ser válido para outra (Vieira, 2009). O desenvolvimento regional é composto por relações sociais e econômicas considerando as características geográficas, históricas e culturais, o que exige a necessidade da definição de região (Vieira; Santos; Carniello, 2016). Segundo Vieira (2009), o espaço regionalizado deve ser pensado em uma perspectiva histórica.

A partir dessa perspectiva ressaltasse a contribuição de Ramos Rodriguez, Artigas Pérez e Brito Monteiro (2020) quanto a premência de se notar as condições locais de desenvolvimento, especialmente as atividades realizadas no âmbito dos municípios. Os autores destacam o desenvolvimento local enquanto fator articulador dos processos de desenvolvimento, especialmente quanto ao potencializar das ações de transformação da realidade a partir de fatores endógenos. Para os autores a busca por mecanismos de gestão e políticas públicas articuladas as condições locais é fundamental para o sucesso das estratégias de desenvolvimento. Sob esse prisma o desenvolvimento local se torna central para a adequada compreensão das condições endógenas.

A discussão sobre a promoção do desenvolvimento local considerando a associação entre fatores endógenos e políticas públicas é objeto de discussão de Allebrandt *et al.* (2011). Os autores apontam o papel estratégico dos municípios quanto a concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento mediante a gestão pública promotora da participação dos municípios nas escolhas pertinentes as políticas públicas. Embora a elevação da participação da população local represente um desafio de mobilização e também de adequação das estruturas de governança, ela representa a possibilidade de incorporação dos saberes locais necessários ao potencializar do desenvolvimento local. O potencial das contribuições da população local e do e do respectivo envolvimento também é enfatizado por Vieira, Basso e Krüger (2020). Os autores evidenciam como a atuação dos agentes locais é fundamental no âmbito das políticas públicas, considerando a articulação entre desenvolvimento local e políticas públicas.

A partir da discussão dos autores citados quanto a avaliação do desenvolvimento local, depreende-se a premência de se considerar que a mera existência de fatores endógenos é insuficiente para se promover o aprimoramento das condições de vida da população. Faz-se necessário articular a promoção do desenvolvimento local a políticas públicas modeladas para a realidade local para promover a governança eficiente e o envolvimento dos atores locais, inclusive para a necessária avaliação de resultados e adequações necessárias.

Essas considerações são necessárias para balizar sob a perspectiva do desenvolvimento local o debate sobre as relações entre desenvolvimento e economia criativa. O conceito de desenvolvimento econômico parte de uma visão qualitativa e se diferencia da ideia de crescimento econômico, restrita a uma visão quantitativa. Para melhor avaliar as condições contemporâneas de desenvolvimento a ONU adotou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico. Os índices que o IDH avalia se concentram em três dimensões: a primeira está relacionada à vida longa e saudável, ou seja, a expectativa de vida ao nascer; a segunda é o acesso ao conhecimento: os anos médios de estudo e os anos esperados de escolaridade; e a terceira é o padrão de vida, associado ao PIB

per capita. A pesquisa apresenta nesse artigo se apoia na dimensão econômica e suas conexões com a cultura, expressa no conceito de economia criativa, compreendida como o conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e as habilidades dos indivíduos ou grupos como insumos primários (SEBRAE, 2020). A economia criativa é focada nas atividades baseadas no capital intelectual, e oferece a pessoas, empresas, regiões e países a possibilidade de promover a geração de riquezas e de alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Howkins (2013) define que “a criatividade não é algo novo, tampouco a economia, mas a novidade está na natureza e na extensão da relação entre elas e como elas se combinam para criar valor e riquezas extraordinários” (Howkins, 2013, p.12). No Brasil, um estudo de referência nessa área foi realizado por Reis (2011), sobre cidades criativas, além do mapeamento ‘Indústria Criativa’ realizado pela FIRJAN (2016) e de outras obras lançadas entre 2003 e 2020. O desenvolvimento da economia criativa requer um ambiente propício, com características que favoreçam o novo e o criativo, seja em termos tecnológicos ou sociais (Cunha, 2018, p. 21). Desse modo, a criatividade vem da experiência e do conhecimento humano, do já existente ou do novo, ou da recriação de algo que já existe. A criatividade seria o poder de transição de algo abstrato para algo prático, ou seja, de uma ideia para um produto. Cunha (2018) considera que a criatividade por si só não é uma atividade econômica, mas quando se torna real e tangível, por meio da comercialização, pode gerar fluxo econômico, social, cultural e de bem-estar para as pessoas.

Reis (2011) defende o conceito de criatividade humana como o núcleo fundamental da economia criativa, com enorme potencial de geração de direitos autorais. Isso ocorre pelo fato de a criatividade estar ligada à economia criativa, que por sua vez é composta por uma classe criativa. Assim, a força econômica se encontra nas de empresas com pessoas criativas, com profissionais que se destacam pela singularidade com que desenvolvem seu trabalho. Distintamente dos recursos tradicionais como aço, cobre ou derivados de petróleo, a criatividade seria o componente fundamental de seus produtos inerentes a ambientes propícios ao novo, ao original e ao singular. A economia criativa requer indivíduos criativos, o que em tese representa um ativo estratégico, pois esses indivíduos são motivados por metas e incentivos que se dão por causas subjetivas, além do contexto social e produtivo (Muzzio; Paiva Junior, 2014).

A economia criativa se apresenta enquanto espaço de consideração de ativos locais, com potencial de transformação da realidade local. Entre as possibilidades associadas a economia criativa está o rearranjo das práticas de trabalho e inclusão social mediante a consideração das atividades presentes no território e associadas a sua apropriação pela população local (Pinheiro, Ipiranga e Lopes, 2023). Sob essa perceptiva a economia criativa possibilita organizar as atividades laborais com o propósito de geração de renda e inclusão produtiva a partir do conhecimento e das práticas das populações locais. Assim, a valorização das práticas culturais locais pode estar associada a geração de renda e inclusão produtiva, o que configura a estruturação de meios para a preservação das culturas locais.

Para Silva e Muzzio (2023) as cidades são espaços fundamentais para o desenvolvimento da economia criativa, pois associam o potencial para o desenvolvimento econômico e a possibilidade de ensejar a elaboração de soluções para os desafios urbanos contemporâneos. Na visão de Silva e Muzzio a economia criativa é um dos vetores potenciais para novos modelos urbanos congruentes as questões contemporâneas. A perspectiva dos

autores implica em uma concepção ampla acerca da economia criativa. Silva e Muzzio a percebem enquanto conjunto de atividades aptas a possibilitar organizar o espaço urbano considerando questões econômicas e de respostas aos desafios contemporâneos presentes nas cidades. Tal concepção projeta a economia contemporânea para além das questões econômicas, pois considera a integração social e o bem-estar das populações envolvidas diretamente e indiretamente com o setor.

Nessa perspectiva, a economia criativa gera possibilidades de desenvolvimento local por potencializar os fatores endógenos. Nota-se que a consideração dos fatores endógenos apresenta a possibilidade de gerar, além da inclusão produtiva, a integração social e a valorização dos sujeitos locais enquanto protagonistas das respectivas trajetórias de vida, conforme apontam Silva, Cabral e Santos (2024). A inclusão dos trabalhadores da economia criativa nas decisões que afetam o setor é fundamental por associar as demandas dos produtores de cultura com o mercado consumidor e o poder público, responsável por elaborar e efetivar políticas públicas para a área da cultura. A amplitude do campo da economia criativa indica o quanto o desenvolvimento do setor poderá contribuir com a inclusão produtiva e social.

Para Florida (2011), os trabalhadores criativos apresentam recursos necessários para tornar a criatividade e a inovação fatores decisivos para a geração de valor. Essa classe criativa se distingue da classe trabalhadora industrial tradicional, pois formada, em sua maioria, por indivíduos das áreas de artes plásticas, *design*, música, entretenimento, engenharia, arquitetura, ciências e educação. A classe criativa na economia é percebida por sua função de geradores de novas ideias e de novos conteúdos, de tecnologias e de serviços. É composta, em sua maior parte, por engenheiros, músicos, arquitetos e cientistas da computação, dentre outros. Em menor escala, a classe criativa é composta por profissionais informais, o que precariza suas condições de trabalho. Os trabalhadores criativos se distinguem dos demais profissionais porque são remunerados para criar e inovar, gerando novos produtos, ideias, pensamentos, conhecimentos, patentes, direitos autorais e inovadores. Há atividades criativas relacionadas somente a um arranjo industrial criativo, em que o profissional trabalha no processo de elaboração final do produto. Nesses casos, os profissionais criativos não recebem os dividendos previstos na literatura da economia criativa. A escassez é o paradigma da economia, pois a humanidade dispõe de recursos escassos para fazer contraponto a necessidades ilimitadas. Nesse contexto, surge a economia criativa, que tem como insumo a criatividade, que é inesgotável, ou, segundo Howkins (2013), aumenta à medida que é utilizada. Cunha (2018) sintetizou o pensamento Howkins (2013) e Florida (2011), que desenvolveram uma metodologia de separação dos setores da economia criativa, diversa da economia clássica, apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Setores da Economia criativa.

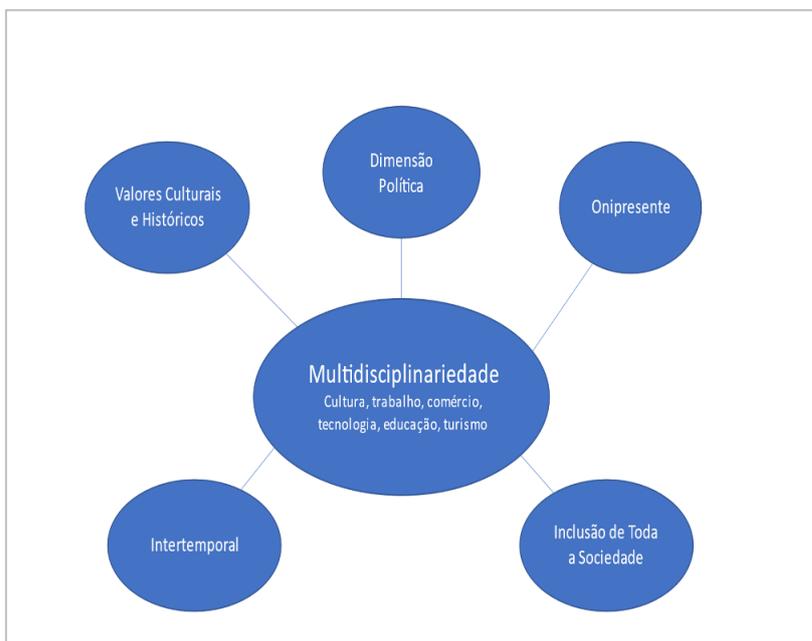
Setores da Economia criativa		
P&D	Música	Brinquedos e Jogos
Mercado Editorial	Filmes	Propaganda
Software	Vídeo games	Arquitetura
TV e Rádio	Moda	Artes performáticas
Design	Arte	Artesanato

Fonte: Cunha (2018).

Conforme destacado na Figura 1, percebe-se que cultura, trabalho, comércio, tecnologia, educação e cultura se mesclam de maneira produtiva com as dimensões políticas, econômicas,

tecnológicas, culturais e sociais interagem com o caráter inclusivo do segmento (UNCTAD, 2013).

Figura 1 – Multidisciplinaridade da Economia Criativa



Fonte: UNCTAD (2013)

O debate sobre economia criativa e criatividade torna-se necessário para a identificação, a pesquisa e a identificação do fenômeno criativo. Cunha (2018) defende que a relação entre economia e criatividade está baseada em que, sem a criatividade, a economia não poderia elevar os padrões de vida da sociedade. Já segundo Romer (1986), a melhoria de vidas, pessoas, famílias, empresas e Estado somente é observada com o uso da criatividade. Contemporaneamente, vários termos ligados ao conceito de criatividade passaram a ser utilizados, dentre eles economia criativa, indústria criativa, classe criativa e cidade criativa (Reis, 2011). A discussão entre economia criativa e indústria criativa teve início na XI Conferência da UNCTAD, no ano de 2004, em São Paulo. Conforme relatório da UNCTAD (2013), as indústrias criativas foram classificadas em nove categorias, conforme a Figura 2.

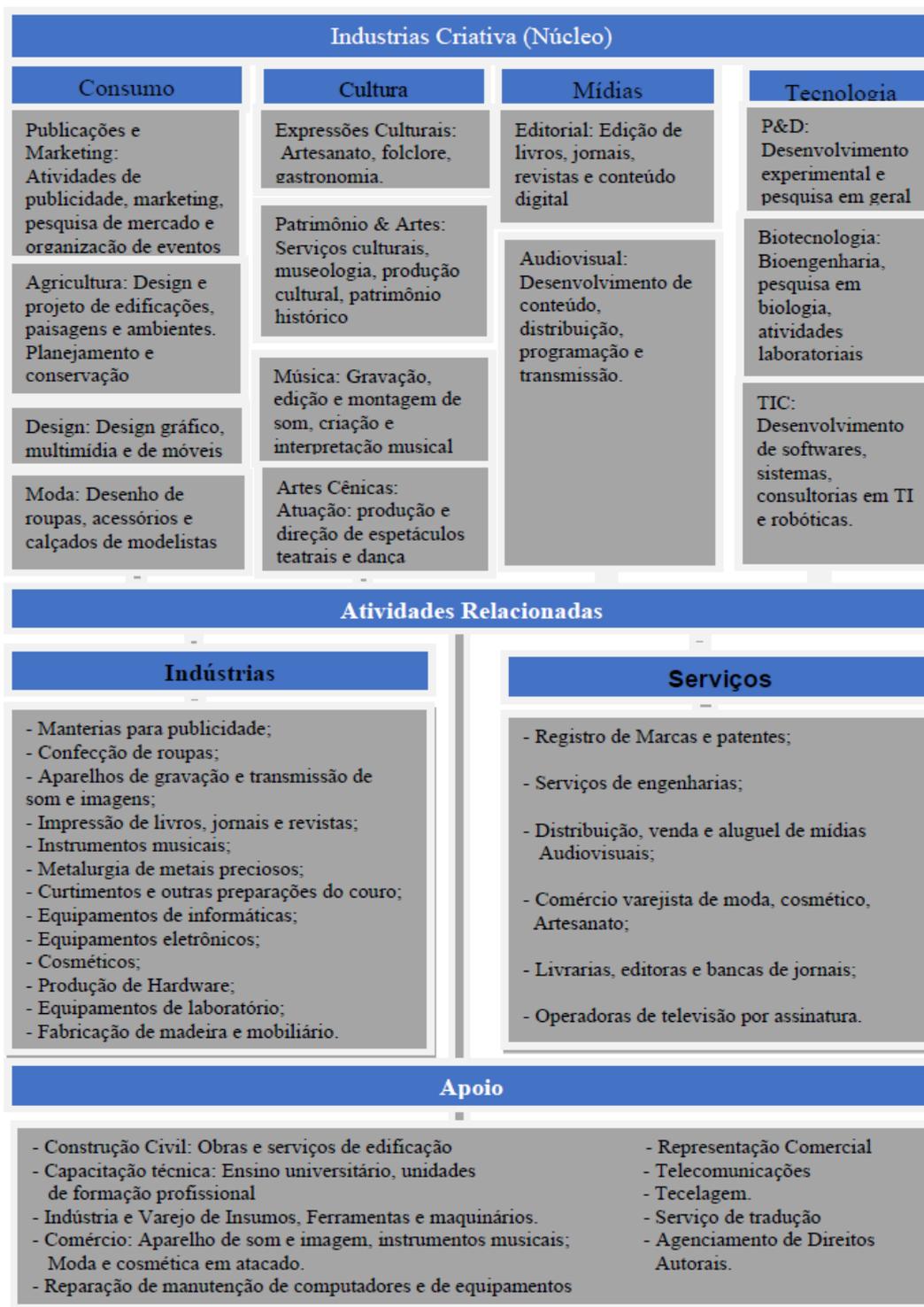
Figura 2 – Indústrias Criativas



Fonte: Adaptado de UNCTAD (2013).

A FIRJAN publica, a cada biênio, o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, com a finalidade de analisar como se comporta essa indústria no referido intervalo de tempo. O Mapeamento realizado em 2019 teve como objetivo identificar como se comportou a indústria criativa no Brasil entre 2015 e 2017, com a análise da diferença de desempenho de setores da economia e da indústria criativa. Esses dados podem ser conferidos na Figura 3.

Figura 3 – Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil.



Fonte: FIRJAN (2019).

O Mapeamento da Indústria Criativa de 2019 reflete as enormes incertezas do cenário econômico recente e a recuperação hesitante do crescimento, após anos de severa crise econômica e institucional. No Brasil, a economia criativa somente se consolidou como política

governamental no final de 2010, com a publicação do Plano Nacional de Cultura, que coloca como meta incentivar e promover os segmentos culturais criativos. Estimular a emergência das forças criativas da população pode contribuir para o surgimento e o revigoramento de instituições locais de apoio à ação cultural e ainda ativar na sociedade a consciência de que o efetivo controle do uso dos recursos que se aplicam na cultura e transitam pelo Estado é tarefa que corresponde às comunidades que deles se beneficiam (Furtado, 1998).

Apesar de seu enorme potencial na área, o Brasil não está entre os países que mais se destacam na exploração de bens e serviços criativos. O Ministério da Cultura (MinC) criou a Secretaria da Economia Criativa (SEC), à qual compete formular, implementar e articular linhas de financiamento para empreendimentos culturais, contribuir para a formulação e a implementação de ferramentas e modelos de negócios sustentáveis para empreendimentos culturais, instituir e apoiar ações de promoção dos bens e serviços culturais brasileiros no país e no exterior, articular e conduzir o mapeamento da economia da cultura brasileira, coordenar a formulação e a implementação da política do Ministério da Cultura sobre direitos autorais e criar mecanismos de consolidação institucional de medidas e instrumentos de regulação da economia da cultura (MINC, 2011).

A ‘economia criativa’ ou ‘economia cultural’ tem como matéria-prima a criatividade, abrangendo atividades relacionadas a *design*, moda, arquitetura, artes, produção cultural, cinema, turismo e mídia, entre outras (FIRJAN, 2019). Em cidades que contam com políticas públicas e investimentos para incentivar esse nicho do mercado, a economia criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receita, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Howkins (2013) afirma que boa parte dos produtos criativos pode gerar rendas de propriedade intelectual decorrentes de patentes, marcas, *copyrights* e *design*, defendendo que é desses segmentos que derivam as indústrias criativas. As novas tecnologias, sobretudo a digital, criaram novos produtos, novas formas de produzir, de divulgar, de distribuir e de consumir e, conseqüentemente, criaram novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados. A economia criativa, atualmente, é uma área estratégica para o crescimento econômico, a inclusão social, a sustentabilidade e a inovação. A inovação e a criatividade funcionam neste cenário como o motor do desenvolvimento (Soares; Vieira, 2019). O cenário apresentado contextualiza o presente estudo, visto que o município de Natividade – TO apresenta potencial cultural propício à exploração de aspectos criativos, pois a criatividade e as expressões artísticas são características presentes na área de estudo.

3 METODOLOGIA

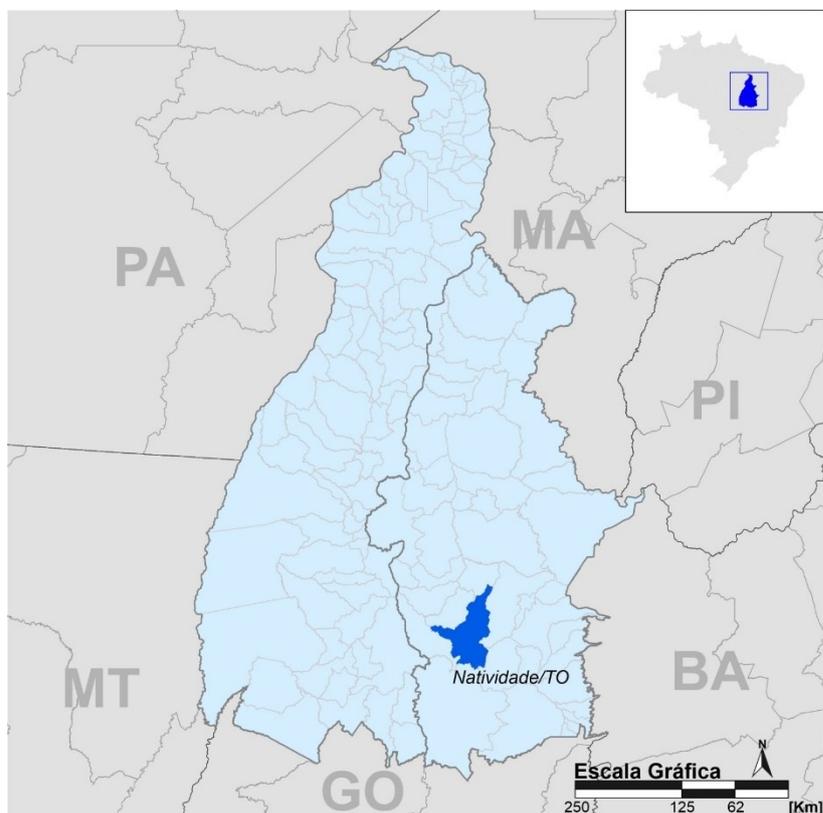
O método científico é o caminho da ciência para se chegar a um objetivo, diferenciando-se, assim, do conceito de metodologia (Richardson, 2010). A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (Prodanov; Freitas, 2013). Sendo assim, todo trabalho científico tem por objetivo inerente a demonstração e o desenvolvimento de um raciocínio lógico (Severino, 2002).

Para atender aos objetivos propostos, realizou-se pesquisa descritiva que, quanto aos procedimentos, caracteriza-se como documental, com estudo de caso e abordagem qualitativa, pois buscou caracterizar as atividades exploradas com base na economia criativa no município

de Natividade. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, assumindo, geralmente, a forma de levantamento. O observador apenas aponta e relata os fatos observados, sem interferir. Os estudos descritivos servem para investigar algum evento ou situação de determinada população, tendo como referência uma amostra estatisticamente representativa (Prodanov; Freitas, 2013).

Como delineamento, a pesquisa identificar a contribuição das atividades desenvolvidas com base nas ações da economia criativa no município de Natividade – TO para o desenvolvimento local. O estudo foi realizado em Natividade, município brasileiro do Estado do Tocantins, situado na região sudeste do Estado, distante 218 km da capital, Palmas, podendo ser acessado pelas rodovias BR-010/TO-050 e TO-280. Localiza-se a uma latitude de 11°43'24" oeste, com altitude de 323 metros. Possui uma área territorial de 3.240,715 km² (IBGE, 2020), com população estimada em 2019 de 9.244 habitantes. A Figura 4 apresenta a localização de Natividade no território do Tocantins.

Figura 4 – Localização geográfica do Município de Natividade - TO



Elaboração: Leonardo da Silva e Lima (2024).

O levantamento dos dados foi realizado em duas fases, sendo a primeira a identificação na literatura de conceitos, segmentos e fontes de dados necessárias para o tratamento do tema, e a segunda o levantamento e a identificação das informações necessárias à efetivação da investigação. Foi realizada uma caracterização sociocultural e histórica do município, utilizando-se dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pela Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA. A seguir foi realizado um levantamento de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura sobre a infraestrutura

urbana para a economia criativa, considerando-se leis, programas e ações, patrimônio histórico, equipamentos públicos e calendário de eventos. Em uma segunda etapa foi realizado um levantamento dos dados divulgados pelo sistema FIRJAN, datados de 2019, que consideram uma análise especial do município de Natividade - TO e apresentam números relacionados a emprego e renda no âmbito municipal. E, em uma terceira etapa, a partir dos dados do IBGE e do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados os dados sobre renda em emprego no município.

A apresentação e o tratamento dos dados foram realizados da seguinte forma: inicialmente foram solicitados os dados considerados relevantes da Secretaria de Municipal de Turismo e Cultura, visto que a infraestrutura do poder público pode dar suporte às atividades criativas, levando-se em consideração equipamentos públicos como museus e centros culturais, além das festas populares e do patrimônio histórico. A quantidade de equipamentos públicos infere na eficiência do atendimento às demandas da população por apresentações artísticas e eventos socioculturais. Esses dados foram sistematizados em tabelas separadas por tópicos e de forma qualitativa. Por fim, os resultados de uma busca por estabelecimentos relacionados ao setor pesquisado divulgados na internet foram apresentados em tabelas, organizados por segmentos e por palavras-chave utilizadas para a busca. A seguir foram compilados os links resultantes da busca. Foi realizada uma seleção dos links encontrados nas três primeiras páginas de resultados mais relevantes. Todos foram visitados e, assim, foi realizada a quantificação das atividades.

4 A ECONOMIA CRIATIVA EM NATIVIDADE

Natividade é o município mais antigo do Estado do Tocantins, localizado na região sudeste do estado, sendo um entroncamento com quatro saídas, para Brasília, Estado de Goiás, Estado da Bahia e para a Capital do Estado, Palmas, que se encontra a cerca de 220 quilômetros de distância. O município teve origem no ciclo do ouro. Surgiu do Arraial de São Luiz, no alto da Serra de Nossa Senhora de Natividade. Com sua emancipação política, ocorrida no ano de 1734, Natividade tornou-se uma das cidades mais importantes do norte goiano, e chegou a ser a sede do Governo Provinciano da Comarca do Norte (Porto, 2011).

O centro do município ostenta um belo conjunto arquitetônico formado por casarões centenários. Com o tombamento ocorrido na década de 1930, passou a ser patrimônio histórico artístico nacional. O município tinha sua economia baseada na extração de ouro, com a utilização de trabalho escravo, chegando a ter uma população entre quarenta e sessenta mil negros trabalhando nas minas de ouro (Bonfim, 2019). Com o fim do ciclo do ouro, outra atividade torna-se o principal vetor econômico: a pecuária, em especial a criação de gado, sendo o município um dos maiores fornecedores de animais para o nordeste brasileiro, em especial pra a Bahia. A arquitetura também acompanhou esse processo de modificação: as moradias passaram a ter, em seus quintais, currais para a criação de gado, sendo para isso necessária a construção de muros (Porto, 2011).

A aproximação comercial com a Bahia favoreceu a migração de oficiais construtores, pedreiros e carpinteiros que chegaram à Natividade para construir ou reformar casas. A modernização de materiais e de técnicas construtivas contou com a introdução do ladrilho hidráulico, de calhas e platibandas, que foram muito utilizados na época. As fachadas ganharam

frisos e adornos decorativos, revelando o novo momento de enriquecimento da cidade, e os reflexos desse processo de mudança podem ser encontrados ainda hoje, pois o Centro Histórico da cidade mantém as suas características preservadas. (IPHAN, 2020).

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 26.722,15. Na comparação com outros municípios do estado do Tocantins, ficava nas posições 63 de 139 entre os municípios e na 2431 de 5570 entre todos os municípios (Cidades/IBGE, 2024).

No período de 2020 a 2024 o município apresentou um grande crescimento do emprego formal, apontado na Tabela 1. No período ocorreu crescimento do emprego total em 62,68%, com crescimento em todos os setores de atividade no município. Os dados não nos permitem afirmar que o crescimento do emprego é consequência da expansão das atividades de economia criativa no município, mas é um bom indicador do avanço econômico do município nos últimos 4 anos.

Tabela 1 – Empregos formais por setor de atividade no município de Natividade Tocantins

Setores	2020	2024	Variação %
Agropecuária	148	216	45,95%
Comércio	168	266	58,33%
Indústria	206	358	73,79%
Serviços	97	164	69,07%
Construção civil	8	16	100,00%
Total	627	1020	62,68%

Fonte: Caged (2024).

Os critérios e procedimentos para a proteção do Centro Histórico consideram como de interesse histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico, o conjunto constituído pelas ruínas de abrigos, residências, diques, canais e demais vestígios da atividade de mineração localizados na Serra de Natividade e também a área interna ao perímetro, tomando-se por base o confronto da planta de levantamento executada pela Companhia de Saneamento de Goiás/SANEAGO, em fevereiro de 1967, e a planta executada na administração do Prefeito Municipal Izambert Camelo Rocha (IPHAN, 2020). A larga herança cultural, construída ao longo dos séculos pela preservação das tradições, contribuiu para a formação de uma identidade territorial única, compartilhada pelos nativitanos e repassada de geração para geração.

Tal condição possibilita a organização e efetivação de atividades relacionadas ao turismo, especialmente por sua arquitetura colonial, festas religiosas, manifestações folclóricas e gastronomia (Portal Tocantins, 2020). Inclusive, em 2010, com a implantação do Programa Monumenta, Natividade recebeu investimentos do Governo Federal por meio do IPHAN, para a preservação do seu patrimônio arquitetônico. A partir dessa época, a cidade passou a destacar-se como um dos polos turísticos do Estado. Além das ações relacionadas ao setor público há atuação do setor privado, com cinco agências de turismo regular que atendem o município de Natividade. Entre os produtos oferecidos está o tour histórico-cultural e tours de ecoturismo, com passeios para cachoeira e cavernas, além dos festejos religiosos.

Denota-se que com a criação do Estado do Tocantins e o tombamento da cidade como patrimônio histórico no fim da década de 1980, o município de Natividade passa a viver um novo momento, centrado na valorização de seu patrimônio histórico (Fernandes, 2015). No início dos anos 1990, surgiu a Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA, com o objetivo maior de colaborar com a preservação do patrimônio cultural de Natividade por meio da implantação de projetos e ações para alcançar esse objetivo (ASCCUNA, 2020). A

ASCCUNA iniciou suas atividades no ano de 1992, com o objetivo de agrupar pessoas da comunidade que cultivavam e desenvolviam saberes tradicionais e que também estavam preocupadas com a preservação do patrimônio cultural. Seu primeiro projeto foi a Oficina Educacional de Joias Artesanais Mestre Juvenal, resultado de uma parceria com os ourives da cidade, objetivando ampliar o ensino das técnicas de joalheria para jovens aprendizes (ASCCUNA, 2020).

A implantação do Projeto Monumenta em 2004 elevou o patamar da iniciativa da ASCCUNA, com a aprovação do Projeto de Apoio às Joias Artesanais de Natividade, sob a responsabilidade da Fundação Cultural do Estado do Tocantins. Assim, tornou-se possível para os artífices locais conservar viva a técnica da ourivesaria em filigrana (fios de ouro) herdada dos portugueses, garantindo sua continuidade a partir do ensino das técnicas de joalheria para jovens ourives. A partir dessa iniciativa, outras tradições do município também foram valorizadas e preservadas (Brasil, 2017).

A Figura 5 apresenta algumas das peças em filigrana produzidas em Natividade – TO.

Figura 5– Joias em filigrana de Natividade - TO



Fonte: ASCCUNA/divulgação (2020).

A Ourivesaria Mestre Juvenal é atualmente um espaço de produção, com a responsabilidade de formação de novos ourives. Os ourives vêm se organizando para abrir microempresas, com o objetivo de criar unidades produtivas. Essa é uma das metas do projeto: que os aprendizes se tornem independentes e criem novos negócios, oferecendo novos postos de trabalho, ampliando o número de beneficiados.

O biscoito conhecido como Amor Perfeito é um dos produtos de maior destaque na produção gastronômica tradicional de Natividade. Inicialmente produzido pela senhora Ana Benedita de Cerqueira e Silva (Tia Naninha) e seu esposo para complementar a renda familiar, seguindo a receita de tradição centenária que ela aprendera com sua mãe, hoje é fabricado artesanalmente e comercializado de forma profissional, tendo se tornado um negócio com destaque nacional. A ASCCUNA trabalha o projeto de implantação de um espaço na casa da família Cerqueira e Silva, no modelo de uma casa de cultura, dedicado a contar a história do

biscoito. Atualmente a produção conta com quatorze funcionários, constituindo-se em um exemplo de empreendedorismo (ASCCUNA, 2020). Além do incentivo à produção do biscoito amor-perfeito, a ASCCUNA também contribuiu para que outros produtos, como os licores de frutas, passassem a ser produzidos de forma comercial. Com isso, existem hoje em Natividade variada produção gastronômica típica, além da produção de artesanato em tecido, bordados, crochê e outras técnicas. O Atelier Divino Artesanato é uma entidade mantida e organizada pela Prefeitura de Natividade, por meio da Secretaria de Ação Social do município de Natividade.

Entre as tradições religiosas, a festa do Divino Espírito Santo é uma das maiores manifestações de devoção católica no Brasil, unindo o passado e o presente, envolvendo as populações locais e determinando padrões de comportamento religioso e cultural (IPHAN, 2020). Em Natividade, a celebração em louvor ao Divino Espírito Santo apresenta variações em tono de uma estrutura básica, as Folias “da Roça” e “da Rua”, que “giram” pela zona rural e pela cidade, levando as bandeiras do Divino e angariando donativos para a festa, a coroa, a figura do Imperador, as cerimônias e rituais do Império, com alvoradas, cortejos, novena, jantares e outras refeições coletivas (Sousa, 2017). Essa festa acontece todos os anos, com a chegada da folia que percorre o sertão após o domingo de Páscoa. Após quarenta dias, o giro de folias termina com o encontro das três folias - Folia dos Gerais, Folia do Outro Lado do Rio Manoel Alves e Folia de Cima - na Praça da Igreja Matriz, dez dias antes da comemoração do Dia de Pentecostes.

A Festa do Divino Espírito Santo, anteriormente realizada sem organização, após a criação da ASCCUNA passou a ser devidamente planejada. A realização da Festa do Divino Espírito Santo permite a conservação da fé e o fortalecimento da identidade da comunidade, visto que o evento é realizado por meio da união e da vontade da comunidade. O número de turistas que visitam a cidade nesse período é muito grande. No entanto, não há um projeto por parte do poder público que possibilite a geração de renda a partir dos produtos que são distribuídos gratuitamente na festa.

Em relação aos produtos da gastronomia distribuídos durante a festa, um fator importante para o desenvolvimento local seria a profissionalização para uma produção contínua, em escala comercial, bem como a exploração da festividade com o objetivo de gerar renda e desenvolvimento. Apesar de seu enorme potencial, a festividade não é explorada economicamente, pouco contribuindo para o desenvolvimento local. As vestimentas dos foliões, produzidas fora do município, poderiam passar a fazer parte da produção local para as festividades, como parte da economia criativa, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim como o biscoito amor perfeito, outras produções gastronômicas típicas poderiam ser produzidas para serem comercializadas durante o ano todo, passando a ser marcas comerciais. Um exemplo seria o licor do jenipapo, bebida muito apreciada, distribuído gratuitamente para a população no período da Festa do Divino.

A tradição religiosa da Romaria do Senhor do Bonfim foi fortalecida com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, passando a ser sua maior manifestação cultural e religiosa. O evento vem recebendo apoio por parte do Governo do Estado e do município de Natividade, com vários investimentos em obras de infraestrutura no povoado do Bonfim, onde é realizado, como asfalto, banheiros públicos, postos de saúde e da Polícia Militar, entre outros. Os romeiros que cultivam a tradição por gerações transmitem o costume para seus descendentes. No período da romaria, jovens e idosos se misturam na caminhada e nas manifestações religiosas, confirmando a permanência secular da tradição.

A festa de Nossa Senhora da Natividade, Padroeira do Estado, é realizada de 30 de agosto a 08 de setembro. Durante os festejos acontece o novenário e são montadas barracas para a realização de leilões. É celebrada missa solene no dia dedicado à santa (08/09). As comemorações acontecem na Igreja Matriz de Natividade, uma das mais antigas do Estado, existindo desde 1759. Esse festejo é um dos mais aguardados da cidade e do Estado (Porto, 2011). A semana é marcada por novenas e celebração de missas. Próximo à igreja dedicada à santa, são montadas várias barracas de ambulantes, que servem bebidas e comidas típicas da região, além de realizações de shows e festas. Na celebração da Padroeira não há distribuição de comida gratuita para a população, como ocorre na festa do Divino.

A festa de celebração da Padroeira, que se repete há mais de duzentos anos, está inserida na cultura do nativitano e do tocantinense, indo além do aspecto religioso, e se constituindo em forte manifestação cultural. Quanto a sua contribuição para o desenvolvimento local e regional, percebe-se que, apesar de sua importância, essa festividade, assim como as demais do município, não é explorada economicamente. A exploração do turismo religioso e cultural durante a celebração da Padroeira, tendo em vista o grande número de turistas que visitam a cidade neste período, seria uma opção para o desenvolvimento local e regional, por se tratar de uma celebração centenária, favorecendo o surgimento de uma indústria de produção criativa de artigos religiosos para serem comercializados durante a celebração, além da produção gastronômica, gerando empregos e renda para a população local.

As danças tradicionais do município, como a suça e a catira, foram outras atividades revitalizadas e profissionalizadas pela ASCCUNA, com o apoio de antigos fabricantes de tambores, que não deixaram essas manifestações artísticas definhar (ASCCUNA, 2020). Sempre apresentadas durante os Festejos do Divino Espírito Santo, com a criação do Estado, em 1988, essas danças passaram a ser reconhecidas como patrimônio nacional. Representado a cultura regional tocantinense, as duas danças sempre são atrações nos eventos (IPHAN, 2020).

A suça em Natividade sempre esteve presente nos festejos tradicionais populares, tocada por foliões e dançada espontaneamente pelos devotos. Já a catira é dançada em círculo por pares, ao som das mãos e dos pés, num sapateado compassado. Essa dança é comum entre os grupos que fazem parte dos giros das folias de reis e do Divino Espírito Santo. Os catireiros são músicos repentistas, que cantam seus poemas ao som do pandeiro, da caixa e da viola (ASCCUNA, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região em que se realizou este estudo, do ponto de vista econômico, está entre as mais pobres do Brasil. No entanto, no município de Natividade - TO, devido a sua tradição cultural e histórica, a economia criativa surge como uma alternativa para o desenvolvimento regional. Assim, a partir dos aspectos históricos e culturais que caracterizam o município de Natividade, foi elaborada esta pesquisa com o objetivo de investigar a contribuição das atividades de economia criativa para o desenvolvimento local no município de Natividade - TO. Para alcançar esse objetivo buscou-se caracterizar a economia criativa no município de Natividade: produtos, serviços e processos a serem desenvolvidos no município com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental; investigar se as atividades turísticas e culturais estão embasadas nos pilares da economia criativa e se contribuem para o

desenvolvimento do município e verificar a estrutura organizacional das atividades de economia criativa desenvolvidas no município de Natividade.

Após a criação do Estado do Tocantins e o tombamento da cidade como patrimônio histórico no fim da década de 1980, o município de Natividade passou a viver um novo momento, centrado na valorização de seu patrimônio histórico. No início dos anos 1990, surge a Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA, com o objetivo maior de colaborar com a preservação do patrimônio cultural de Natividade por meio da implantação de projetos e ações para alcançar esse objetivo. Com a instituição da ASCCUNA, várias ações voltadas ao incentivo da economia criativa foram desenvolvidas, como a implantação de projetos de resgate e de preservação de técnicas tradicionais de trabalhos manuais; a revitalização da produção de joias artesanais em ouro e prata (com a criação e a manutenção da Ourivesaria Mestre Juvenal) e a organização da produção e comercialização de doces e outros produtos típicos da gastronomia local.

Os resultados desta investigação apontam que, nos setores já explorados no município pela economia criativa, a produção de joias tradicionais se converteu em vetor de desenvolvimento econômico, sendo uma das atividades apoiadas pelo IPHAN, com o intuito de preservar essa tradição e gerar emprego e renda para a população local. Os ourives vêm se organizando para abrir microempresas, com o objetivo de criar unidades produtivas. No campo da gastronomia, o biscoito conhecido como amor perfeito é um dos produtos de maior destaque na produção gastronômica tradicional de Natividade. Inicialmente produzido para complementar a renda familiar, hoje é fabricado artesanalmente e comercializado de forma profissional, gerando emprego e renda para o município. A exemplo do biscoito amor perfeito, outras produções gastronômicas típicas podem ser produzidas para serem comercializadas durante o ano todo, passando a ser marcas comerciais. Os eventos culturais realizados em Natividade, como a Festa do Divino com suas folias e a Romaria do Bonfim e a Festa da Padroeira também apresentam potencial para sua exploração econômica sobre os pilares da economia criativa, contribuindo com o desenvolvimento local. Como se tratam de eventos com forte apelo cultural, a produção criativa de produtos relacionados aos eventos (imagens de santos, trajes típicos das festas) poderia contribuir para a economia e o desenvolvimento local.

No período de 2020 a 2024 observa-se acelerado crescimento do emprego no município de Natividade de 62,68%. Esse resultado pode ser consequência do avanço das atividades associadas economia criativa no município, sobretudo com a expansão das atividades turísticas e geração de emprego e renda nas áreas de comércio e serviços.

As formas de expressão da cultura local, como as danças típicas suça e catira, passaram a ter destaque nos eventos oficiais públicos e privados realizados em âmbito regional e estadual com a participação de Natividade, e aos poucos essas manifestações se tornaram também um produto turístico, com apresentações em espaços e palcos como importante manifestação cultural da cidade. Após a criação da ASCCUNA, a herança cultural em Natividade foi valorizada e organizada, e o município é hoje a cidade que mais oferece produtos turísticos no Estado do Tocantins. A ASCCUNA atua na organização das festas tradicionais e na preservação de manifestações folclóricas (música, dança e teatro), além de organizar a comercialização de produtos artesanais de forma a gerar renda e trazer desenvolvimento. Os resultados desta investigação demonstraram que a exploração de algumas tradições culturais centenárias de Natividade vem gerando emprego e renda, contribuindo para a revitalização da economia do

município, e apontaram caminhos para o aproveitamento de expressões culturais que ainda não estão integradas à economia criativa do município.

Os resultados obtidos com a realização da pesquisa em tela indicam a premência de integrar as políticas públicas dedicadas à cultura no município a um projeto de desenvolvimento local pautado nos fatores endógenos presentes em Natividade. A valorização das expressões da cultura local é fundamental e contribui tanto para o fortalecimento das atividades econômicas associadas a cultura quanto com a preservação das tradições constituídas no município. Porém, dada a diversidade cultural presente em Natividade, torna-se premente ampliar o escopo das políticas públicas dedicadas ao setor, com a elaboração de um projeto de desenvolvimento local alicerçado no fortalecimento do município. Assim, sugere-se que futuros estudos se concentrem na concepção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial, com foco nas cadeias produtivas vinculadas à dinâmica cultural presente em Natividade e associada a atividades econômicas que podem ser fortalecidas.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L.; RETAMOSO, A. S.; BENSO, A.; LEITE, A. G. C.; OURIQUE, S. L. Participação social no planejamento do desenvolvimento e na elaboração dos orçamentos públicos nos municípios do noroeste colonial gaúcho. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 105–119, 2011. DOI: 10.24302/drd.v1i1.67. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/67>. Acesso em: 9 dez. 2024.

ASCCUNA. **Jóias de Natividade**. 2020. Divulgação. 1 fotografia. Disponível em <http://joiasdenatividade.com/> Acesso em: 19 abr. 2021.

BONFIM, W. M. F. **Os filigraneiros de Natividade, Tocantins**: patrimônio imaterial, identidade e turismo. 2019. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1155> Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso em: 24 fev. 2019.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Painel de informações do novo Caged**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/outubro>, Acesso em: dez. 2024.

CIDADES/IBGE. Natividade, **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama>. Acesso em: dez. 2024.

CUNHA, B. N. V. Economia criativa e desenvolvimento: um estudo do Grupo Canção Nova em Cachoeira Paulista/SP. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1582> Acesso em: 24 mar. 2020.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria Criativa no Brasil**. SESI/SENAI, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/mapeamento-da-industria-criativa-no-brasil.htm> Acesso em: 26 out. 2019.

FLORIDA, R. **A ascensão da Classe Criativa**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FURTADO, C. **O Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOWKINS, J. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

IBGE. **Panorama das Cidades – Natividade (TO)**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama> Acesso em: 10 maio 2020.

IPHAN. **Manual de Conservação da Arquitetura Nativitana**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_conservacao_arquitetura_nativitana.pdf Acesso em: 24 fev. 2019.

IPHAN. **Patrimônio Histórico de Natividade – TO**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/170> Acesso em: 01 dez. 2019.

IPHAN. **Relatório do Patrimônio Histórico e Artístico**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617> Acesso em: 16 jun. 2020.

MINC. **Plano da Secretaria da Economia criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/narapessoa/disciplinas/configuracoes-culturais/plano-da-secretaria-da-economia-criativa-politicas-diretrizes-e-acoes-2011-a-2014> Acesso em: 16 jun. 2020.

MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412 Acesso em: 16 jun. 2020.

MUZZIO, H.; PAIVA JÚNIOR, F. G. A gestão na economia criativa e a identidade do indivíduo criativo inovador: em busca de uma convergência. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/73/2014_EnANPAD_EOR289.pdf Acesso em: 12 jul. 2020.

PINHEIRO, V. P.; IPIRANGA, A. S. R.; LOPES, L. L. S. A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das cidades criativas do sul global: o caso do Poço da Draga. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 6, p. e2023–0416, 2023.

PORTAL TOCANTINS. **Acesso a Informações de Natividade – TO**. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/> Acesso em: 20 jul. 2020.

PORTO, M. A. F. **Processo do patrimônio no Tocantins**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UnB, Palmas, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS RODRÍGUEZ, A. E.; ARTIGAS PÉREZ, E.; BRITO MONTERO, A. Ciência e inovação na consulta de municípios inteligentes para o desenvolvimento local sustentável. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, n. ed.esp., p. 7–39, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10ied.esp.3107.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri SP: Manole, 2011.

ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986. Disponível em: <http://www.dklevine.com/archive/refs42232.pdf> Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTOS, R. **Indústrias culturais: imagens, valores e consumos**. São Paulo: Edições 70, 2006.

SEVERINO, A. J. **Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento**. 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/193637622.pdf> Acesso em: 10 fev. 2019.

SILVA, A. P.; MUZZIO, H. Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 29, n. 1, p. 200–223, jan. 2023.

SILVA, F. E. R.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. Valores do trabalho no contexto da economia criativa: um estudo com artesãs-empREENDEDORAS da cosmética natural. **Cadernos EBAPe.BR**, v. 22, n. 2, p.e2023–0131, 2024. Doi:: <https://doi.org/10.1590/1679-395120230131>

SOARES, D. A.; VIEIRA, E. T. Conexões, cultura e inovações nas cidades criativas: diferenciais para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4445> Acesso em: 10 fev. 2019.

SOUSA, P. M. **A festa do Divino Espírito Santo: memória e religiosidade em Natividade-Tocantins**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

UNCTAD. **Creative Economy Report 2013**. United Nations/UNDP/UNESCO, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019.

VIEIRA, E. L.; BASSO, D.; KRÜGER, N. R. Aquisições da agricultura familiar e qualidade dos alimentos fornecidos na rede escolar municipal de Catuípe/RS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 461–489, 2020. Doi: 10.24302/drd.v10i0.2833.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [10.11606/T.8.2009.tde-03022010-143611](https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-03022010-143611) Acesso em: 19 fev. 2019.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, F. R.; CARNIELLO, M. F. Economia criativa e o desenvolvimento no município de Taubaté-SP. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 2, p 161-184, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2317> Acesso em: 12 fev. 2019.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional–uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679> Acesso em: 19 fev. 2019.